A25 REFERENCIAL

RUA LUÍS DE CAMÕES, 47
2795 LINDA-A-VELHA — TELEF. 4198105/30

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 10 / SETEMBRO 87 A MARÇO 88 / ANO 4

EDITORIAL

Tendo «comemorado» já o seu 5.º aniversário, a Associação 25 de Abril continua a não ter uma vida fácil e a ter necessidade de que os seus associados se empenhem cada vez mais na sua valorização e implantação na sociedade portuguesa. Atravessa-se um período de alguma desmobilização, descrença e apatia na vida da nossa A25A. Isto mais não é, no entanto, que o reflexo do que se passa na generalidade das entidades colectivas, quer se situem no campo político, quer no campo cultural, cívico, recreativo ou outro qualquer. É uma época onde o individualismo ganha espaço e se vem impondo no seio dos portugueses. Por isso, é mais difícil manter aceso um espírito colectivo nomeadamente quando os objectivos são culturais e se não traduzem em benefícios imediatos e palpáveis. No entanto, pela sua natureza e importância, os objectivos da A25A impõem-nos que não esmoreçamos, não desanimemos, nem baixemos os braços. Abril foi, é, e terá que continuar a ser, o futuro de Portugal e dos Portugueses. Os ideais que levaram um grupo de militares a concretizar vitoriosamente no terreno o esforço de resistência, de muitos e muitos Portugueses, ao regime ditatorial que os dominou durante quase 50 anos, continuam vivos e constituem a razão de ser da A25A.

Associação cultural e cívica, que procura contribuir para a expansão, o aprofundamento e a defesa dos valores de Abril, é com alguma preocupação que a A25A assiste aos inúmeros problemas que os seus sócios vêm enfrentando. Com efeito, de há muito que, como mi-

(Continua na pág. 13)

Passagem de testemunho

Aproxima-se a passagem de mais um aniversário do 25 de Abril. É, portanto, época oportuna para reflectir sobre a vida da nossa Associação.

Os numerosos convites para participar em comemorações, as variadas saudações e homenagens que nos prestam, as múltiplas manifestações de apreço e simpatia, enfim, que de toda a parte nos chegam, em particular nesta época do ano, e a que procuramos dar resposta, são importantes à vida da nossa Associação. As iniciativas que promovemos para comemoração do 25 de Abril e a adesão que suscitam são necessárias à nossa realização. São significativas, também, as Manifestações Populares que se preparam e a que a Associação adere, tanto em razão do sentido com que são levadas a efeito, como das personalidades que as promovem que faz prever o entusiasmo que as envolve

Tudo isto, porém, não chega para preencher a vida da nossa Associação.

Sabemos que todas estas manifestações de apoio são o reflexo de uma realidade mais vasta e profunda. A de que a revolução que fizemos, fundadora do regime em que vivemos, continua vivamente sentida pelo nosso povo. Sabemos hoje, como sabíamos antes de o realizar, que o acto que permitiu a instauração da liberdade e da democracia, que acabou com a guerra, que abriu, enfim, ao País os caminhos da dignidade e do progresso, merece entusiástica aprovação nacional. E mesmo aqueles, poucos, saudosos do regime anterior, não têm coragem de repudiar abertamente o 25 de Abril, tão forte é ainda a consciência da sua marginalidade.

Não apreciaremos aqui se esta realidade tem a adequada expressão em termos dos múltiplos mecanismos do poder nacional. Mas é importante constatá-la e, simultaneamente, verificar que são sócios da Associação a quase totalidade dos militares que conceberam e realizaram a Revolução de Abril e ainda, que são nossos

(Continua na pág. 3)

Destacamos:

PRIMEIROS SÓCIOS DE HONRA DA A25A

SARMENTO PIMENTEL

ZECA AFONSO

(Págs. 8 e 9)

MORREU O MAIS VELHO CAPITÃO DE ABRIL

CARLOS VILHENA

(Pág. 3)

Sumário

Editorial	1
Passagem de testemunho	1
Apêlo aos associados	2
Poesia	2
Livro sobre as Forças Armadas Portuguesas	2
Morreu Carlos Vilhena	3
Do consumismo à cidadania	4
Relatório final da Direcção	5
Da Cimeira de Washington à de Moscovo	7
Primeiros sócios de honra da A25A	8
Assembleia Geral Ordinária	10
Intervenção do Consócio Ribeiro da Silva	10
Intervenção do Consócio Mário Tomé	11
Novos Corpos Gerentes da A25A	12
Evocação de uma data	13
Mensagem da Associação 25 de Abril	14
Centro de documentação	15
Vamos aprender bridge	15
Espectáculo de Maria Guinot	16
História Contemporânea de Portugal	16
Convites à A25A	16
Almoço Convívio	16
Sede	16

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril

Rua Luís de Camões 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
João Caiado Gago Falcão de Campos

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Tipografia-Escola da ADFA
R. Artilharia 1 Telef. 65 35 93
Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5000 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 Abril
R. Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA

NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, n.º 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA

AOS ASSOCIADOS

A vida do nosso Boletim «O REFERENCIAL» tem de ser uma demonstração evidente do grau de participação de todos quantos assumiram a responsabilidade de manter bem vivo, no âmbito cívico-cultural, o espírito do 25 de Abril.

Aguardamos assim a colaboração de todos os associados, quer sob a forma de críticas ou sugestões, quer pelo envio de artigos, cartas ou outros elementos para eventual publicação.

Outra área em que a participação dos associados poderá ser decisiva e insubstituível, relaciona-se com a angariação de publicidade para o nosso «REFERENCIAL», não só pelo conhecimento que têm do mercado, mas também pelas potencialidades que el poderemos encontrar com vista a uma eventual transformação do Boletim em REVISTA.

Confiamos e ficamos à espera.

Livro Sobre as Forças Armadas Portuguesas

O sócio Pedro Pezarot Correia vai publicar um livro sobre este tema.

O livro intitular-se-á **«Centuriões ou Pretorianos?»** e tem um prefácio do prof. **Boaventura de Sousa Santos,** de que extraímos o seguinte significativa passagem:

«(...) É um livro importante a vários títulos (...), pelo tema que trata, as tendências recentes da transformação institucional das Forças Armadas Portuguesas (...) pelo modo competente e informado, empenhado e sereno, como aborda este tema, reconhecidamente complexo e de investigação difícil (...) por o seu autor ser um dos oficiais da primeira linha do Movimento das Forças Armadas que conduziu a Revolução de 25 de Abril de 1974.»

O ensaio de Pezorat Correia, **«Centuriões ou Pretorianos?»**, pretende questionar qual dos dois modelos de instituição militar — serviço militar obrigatório ou forças armadas profissionais — melhor se ajusta à realidade nacional. O autor opta deliberadamente pelo primeiro, aliás constitucionalmente consagrado, fundamentando a sua opção em quatro argumentos: o tradição histórica-militar portuguesa, o modelo que melhor se ajusta e respeito o sociedade democrático, o tipo de instituição que melhor se defende dos tendências militaristas e o instrumento mais vocacionado paro os actuais exigências da defesa nacional.

Trata-se, pois, de uma obra que poderá interessar particularmente aos sócios e apoiantes da Associação 25 de Abril, e para a qual, por isso, se chama a sua atenção pois poderão, através da A25A fazer a sua aquisição com um desconto de 20 %, excluindo os hipotéticos portes de correio para envio.

Prevê-se que o preço de venda ao público seja cerca de 600$00.

Agradece-se que os interessados nos contactem.

«DESASSOSSEGO»

Neste trajecto de desassossegos que corre nas veias,
Jactos de luz que jorram por entre as paredes alvas,
Neste quadro de desejos, tão alvos.

Um quadro pincelado de memórias frescas, cores vivas,
«Nuamces» de dor que desaparecem, voltam, desaparecem
No meio destas multidões.

Não... Amigas! Não é uma Estação Morta!
E Mutação constante como os dias, neste espaço que está vivo!

27 Dez. 1987
EMMA GUERRA
(Apoiante da A25A)

MORREU CARLOS VILHENA

— O MAIS VELHO CAPITÃO DE ABRIL

Foi no dia 31 de Março último.

Nem sequer pode dizer-se que foi inesperada a notícia da morte de um amigo que percorria o centésimo ano da sua vida. Mas Carlos Vilhena habituara-nos à imagem de um lutador, de um optimista, de um resistente, que iria certamente vencer a barreira dos 100 anos, que em Agosto próximo nos preparávamos para comemorar.

A lei da vida, porém, não respeita prazos e, no dia 1 de Abril lá estivemos no Alto de S. João, uma pequena multidão de amigos e companheiros, a despedir-se e a deixar testemunho público de que um homem que dedicou a sua vida à causa da liberdade e do progresso, merece público reconhecimento.

Carlos Vilhena, que tinha 85 anos em 25 de Abril de 1974, foi um autêntico

«Capitão de Abril». Porque tendo mantido permanentemente um posicionamento cívico de activa oposição à ditadura do «Estado Novo», tendo participado em todas as conspirações e tentativas para o seu derrube, o que lhe valeu a sistemática perseguição e repetidas prisões, Carlos Vilhena foi bem o símbolo dos militares que precederam a geração que em 1974, veio a dar o derradeiro passo da caminhada que as gerações anteriores haviam percorrido. Mas também porque Carlos Vilhena imediatamente se identificou com o Movimento das Forças Armadas e sempre animou os seus camaradas mais jovens com o entusiasmo da sua palavra, com o exemplo do seu passado, com a veemência da sua crítica inconformada a um presente que não o satisfazia.

Fica vago o lugar de Carlos Vilhena. Na sociedade portuguesa e na Associação 25 de Abril. Mas ficará para sempre presente em nós, como um referencial para todos os que querem contribuir para que os portugueses e os homens em geral tenham direito a viver com dignidade, libertos da fome, da doença, da ignorância, da injustiça e da opressão.

E essa mensagem, MEU CAPITÃO, ficará sempre ligada à sua memória.

PASSAGEM DE TESTEMUNHO

(Continuação da pág. 1)

apoiantes muitos dos cidadãos mais notáveis que a propiciaram, ou que nela depois se empenharam.

Estas duas circunstâncias, só por si, geram potencialidades e obrigações de que não queremos abdicar. Mas havemos de reconhecer, mau-grado as dificuldades surgidas, que não temos utilizado e cumprido com o vigor desejável.

Teremos que ser nós a testemunhar a nossa participação no 25 de Abril, a afirmar os seus propósitos.

Sabemos que não será, hoje, uniforme a visão que cada um tem da revolução em que participou. Mas a experiência destes anos tem mostrado não ser divergente a noção que temos das realidades em que estivemos envolvidos e ser fácil exprimirmos opinião consensual sobre os ideais que enformaram o 25 de Abril.

Não podemos concentir que nos atribuam intenções que jamais tivemos e que nos imputem responsabilidades que, como um todo, nos não pertencem.

Não poderemos permitir que sejam os nossos detractores a fazer a história de acontecimentos de que fomos os intérpretes.

Na Associação tem sido concordante a opinião que formamos sobre as responsabilidades que nos cabem perante a sociedade portuguesa. Rejeitamos os caminhos da intervenção política e continuamos a não querer assumir o papel para-sindical que alguns esperavam que decompenhássemos.

Queremos, contudo, ter o direito de continuar a defender os princípios que desde sempre nos nortearam e de poder apreciar à sua luz, no plano adequado, a vida nacional. Em anos passados em múltiplos aspectos, mostrámos mesmo ter capacidade de produção ideológica autónoma que exerceu influência no curso da história recente. Queremos manter essa independência e capacidade de expressão. Propusemo-nos, em suma, objectivos bem definidos, adequados à nossa condição de militares e de cidadãos, temos por isso que encontrar as formas mais convenientes da sua realização.

Não é este o local apropriado para debater as formas que deve assumir a nossa acção, mas não podemos deixar de referir o contributo que lhe foi prestado pela última Asssembléia Geral. Se no ano passado o asssunto fora já objecto das nossas preocupações, tendo mesmo sido decidida a realização dos Encontros Nacionais, este ano, na AG, não só foi reiterada a necessidade da realização de tais encontros com os mesmos objectivos, como ficou claramente expresso nas diversas resoluções, ser imperativa a necessidade de dinamizar a vida da Associação e de reequacionar as suas formas de actuação.

Permito-me salientar apenas duas ideias força das intervenções dos consócios Ribeiro da Silva e Martins Lopes, por me parecerem exemplares do novo dinamismo que pode ser introduzido na A25A. O primeiro referiu a necessidade de alterar a desigualdade com que estatutariamente são regulados os direitos e deveres de sócios e apoiantes e destacou as potencialidades que essa alteração introduzia, tendo em conta o valor de muitas das personalidades apoiantes da Associação. O segundo cotejou a situação actual com a existência à data da fundação da A25A, e a amarga experiência desde então vivida com a legitima expectativa que animava os seus fundadores, para justificar a necessidade de adaptar os estatutos às novas realidades.

Julgo ter ficado bem claro para todos os que participaram na última Assembleia Geral que, a partir dela, algo havia mudado na nossa vida associativa. A nova Direcção existe para o corrente biénio cabem, pois, pesadas responsabilidades. Esperamos dela as realizações e as oportunidades que nos permitam participar no progresso da nossa Associação, para que possa cumprir, com cada vez maior dignidade e firmeza, os seus objectivos.

VÍCTOR CRESPO

DO CONSUMISMO À CIDADANIA

1. Entende-se por consumismo o comprar por comprar, a indiferença social face ao esbanjamento, a tolerância face aos agentes poluentes facilmente evitáveis, a generalização das modas, arquitectadas em novidades mesmo quando o tema decorre do ecossistema (veja-se a preocupação cíclica com a ameaça da destruição da camada de ozono, em que os comportamentos dos fabricantes e consumidores não sofrem alteração mesmo quando eles estão informados dos graves perigos da sua atitude para o futuro do planeta).

Este consumo não tem bases racionais, não visa a justiça social e económica, e resulta em grande medida de um processo em que se impõem diversas categorias sociais tais como: produtor, consumidor, cidadão... A existência destas mesmas categorias é alienante na medida em que dissocia um mesmo indivíduo como actor que desempenha papéis de peças diferentes.

Acresce que se chegou a um ponto em que só alguns grupos das classes médias é que dispõem de qualificação para reivindicar o estatuto de consumidor ou pedir ao Estado que dê um efectivo cumprimento aos direitos dos consumidores e a grande maioria da população não tem a consciência da sua situação alienada, pelo que nada reivindica no campo da política do consumo.

2. Este quadro de cisão produtor/consumidor é inerente a uma estrutura social que com certas variantes é afim quer no Leste quer no Ocidente. Com efeito, o sistema de consumo imperante a Leste e a Ocidente tem necessariamente divergências qualitativas e quantitativas mas converge quanto à ansiedade que os indivíduos sentem em poderem dispor de um consumo indiscriminado sem discutir a lógica da produção e, simultaneamente, considerarem que os seus problemas não são os dos produtores. E porquê, esta dissociação entre produtor e consumidor? Como produtor e cidadão, ao intervir na esfera política não se lhe deparam as vias institucionais necessárias para que possa decidir, sozinho ou acompanhado, sobre o consumo porque tal dependeria de uma participação e de uma concentração num sistema democrático que desse voz a uma harmonização, em cada etapa ou ciclo económico, entre as aspirações de produção e consumo dentro do mesmo indivíduo e dentro da mesma comunidade.

Esta dissociação produtor/consumidor é ainda mais agravada à escala internacional pela transnacionalização progressiva (seja nas indústrias agro-alimentares, seja na investigação e fabrico de medicamentos, seja no turismo, no tabaco, pesticidas, aeronáutica, etc.) que impede que os próprios Estados possam fazer os cálculos necessários para atingirem o seus objectivos de política económica.

3. Isto acontece na medida em que segundo as instituições em que funcionamos o indivíduo é dividido nas distintas categorias de cidadão, produtor, consumidor, etc. Estão hoje amplamente divulgadas as teses de Alvin Toffler da «Terceira Vaga» em que o autor considera que na sociedade da comunicação para a qual avançamos se dará uma fusão entre os papéis do produtor e do consumidor. Não podemos deixar de reconhecer que tais teses já hoje frutificam em certos sectores da electrónica e das telecomunicações e é admissível que a informatização traga aceleração de informação ao próprio consumidor do estado do mercado, a ponto do produtor carecer de um relacionamento muito mais exigente com o consumidor.

É precisamente a revolução tecnológica das comunicações, permitindo aos indivíduos (pelo menos teoricamente) a participação em grandes redes de informação que vai dar lugar à possibilidade desses indivíduos manifestarem democraticamente as suas aspirações numa forma integrada, isto é, reunindo simultaneamente num todo equilibrado os interesses como produtor, como consumidor e como cidadão.

Este objectivo parece à primeira vista fácil de atingir mas a realidade é diferente à medida que c r i á m o s uma forte habituação às rotinas do parlamentarismo clássico. E não tenhamos ilusões: quer a Leste quer no Ocidente a democracia directa ou plebiscitária não goza de grande simpatia. O referendo é usado com inúmeras cautelas e restrições; o direito de petição é mal tolerado: só em condições inócuas é que os cidadãos independentes podem candidatar-se. Por outro lado, a verificarem-se condições para a criação de uma sociedade plebiscitária seria necessário realizar, relativamente à maior parte dos cidadãos, uma acção pedagógica e mobilizadora correspondente quase que a uma revolução cultural.

4. Esta revolução cultural iria desencadear mesmo mudanças ao nível da própria acção dos partidos políticos: em vez de ser essencial o objectivo de conquistar o poder, passaria a primeiro plano o papel de apontar aos cidadãos as escolhas políticas possíveis em cada conjuntura. Ao nível do funcionamento concreto de uma sociedade de democracia directa cada cidadão agrega em si a faculdade de agir na esfera política podendo ser consultado sistematicamente através do computador no tocante a matérias como sejam: planeamento económico, decisões de natureza legislativa, política externa, impostos, lazeres, duração do trabalho, etc, etc.

Dito de outro modo: o estudo de cidadsnia traduzir-se-á numa actuação permanente ao invés do consumismo que é, por definição, passividade e medo da responsabilidade da participação.

Numa época em que serão necessárias modificações radicais para que as economias saiam do crescimento do quase zero, não serão de considerar formas políticas democráticas e alternativas às actuais garantindo-se o empenhamento desde já aos cidadãos em todos os processos de cidadania? E circunscrevendo a problemática ao caso nacional, não serão de considerar formas novas de impulsionamento deste empenhamento de cidadania abrindo o leque de intervenções, desde que se consagre na Constituição (que ora se vai começar a rever) o referendo, a consulta plebescitária regionalista, a petição, o abaixo-assinado dos eleitores, a candidatura do deputado indicado expressamente pelos seus concidadãos a par dos candidatos partidários? Que se pretende inovar no nosso texto constitucional para que se progrida do consumismo para uma mais elevada cidadania de intervenção e participação?

Mário Beja Santos
(Associado da A25A)

RELATÓRIO FINAL DA DIRECÇÃO

Nos termos da alínea i) do art.º 22.º do nosso Regulamento Interno, vem a Direcção apresentar à Assembleia Geral o Relatório Final da sua actividade e contas.

A. SEDE

Continuam em curso diligências com a C. M. L., em ordem à obtenção de um terreno adequado à edificação da sede.

As perspectivas são boas. De concreto, aponta-se para a cedência de um terreno na Quinta dos Milagres, junto ao Bairro das Furnas (Zona de Sete Rios).

Confia-se que a concretização dessa cedência funcione como um forte estímulo para a activação da campanha de recolha de fundos. Estimulo para os possíveis contribuintes, mas também para a própria Direcção com vista à organização de actividades que originem fundos.

Estímulos que bem necessários são, pois a campanha de recolha de fundos tem estado estacionária. Até ao momento foram obtidos apenas 6 115 443$00. E se esse montante é francamente insuficiente para as necessidades, há que acrescentar os fracassos de quase todas as iniciativas que se desenvolveram no âmbito dessa campanha. Nomeadamente o espectáculo em 30 de Abril de 1987, no Coliseu dos Recreios em Lisboa, e a edição de um disco com inéditos de autores amigos da A25A. Com efeito, nem aquele teve a assistência suficiente, nem se venderam os exemplares necessários do disco para cobrir os respectivos investimentos.

Está com boas perspectivas a campanha de venda da «História Contemporânea de Portugal», esperando-se obter alguns fundos. Campanha que deverá ser seguida por outras, semelhantes ou não, pois o objectivo da construção de uma sede digna para a A25A terá que ser alcançado.

B. ACTIVIDADES

Tal com no ano transacto, as actividades foram fortemente condicionadas por dois factores: falta de instalações adequadas e necessidade de comprimir despesas.

A estes factores, houve ainda que adicionar uma real desmotivação, cujos motivos se impõe equacionar com urgência, em ordem à sua ultrapassagem.

1. COMEMORAÇÕES DO 13.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

a. Lisboa

— Emissão de medalha, autocolante e cartaz.
De referir que a medalha foi da autoria do sócio Pereira de Castro.

— Tradicional almoço, realizado na Estufa Fria em 26 de Abril, com a participação de 1100 pessoas (sócios, apoiantes e amigos da A25A).

— Espectáculo de arte e cultura, no Coliseu dos Recreios, levado a cabo em 30 de Abril.

— Lançamento de um disco LP «Cantar Abril», com canções inéditas. De realçar a organização de um concurso de amadores, cujo prémio consistiu na inclusão das obras premiadas no LP. Igualmente, participaram no espectáculo do Coliseu.

— Organização de quatro colóquios sobre o tema «Portugal — Identidade e Mudança», levados a efeito nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian e Faculdade de Direito. De referir que, em primeiro lugar, se tentou obter instalações na Biblioteca Nacional para a organização dos dois colóquios que se vieram a realizar na Faculdade de Direito. A atitude inqualificável do director da Biblioteca Nacional, que esteve na origem dessa situação, é já do conhecimento geral. Saliente-se a unanimidade de posições dos órgãos de Soberania e das Entidades, que receberam os corpos gerentes da A25A (Presidente da República; Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Provedor de Justiça, a condenarem clara e frontalmente a atitude do director da BN.

— Integração da comissão organizadora das comemorações populares em Lisboa.

b. Norte

— Jantar-convívio na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

— Apoio ao jantar-convívio realizado em Guimarães, por oficiais do QP da RMN.

c. Centro

— Apoio e integração das comissões promotoras das comemorações em Coimbra, Figueira da Foz e Viseu.

— Jantar-convívio em Viseu, na Escola Secundária Viriato, com a presença de 270 pessoas.

d. Algarve

— Jantar-convívio em Olhão.

— Almoço-convívio em Lagos.

— Colóquio em Portimão, sob o tema «O 25 de Abril e a Constituição».

e. Comemorações organizadas por outras entidades

Continuando o que é já uma tradição, novamente a A25A foi convidada para se fazer representar em inúmeros actos comemorativos da efeméride, organizados pelas mais diversas entidades (órgãos de Soberania, autarquias, colectividades, comissões populares, etc.), quer ao longo de todo o País, quer em comunidades portuguesas no estrangeiro. A todos procuramos dar uma resposta positiva. No entanto, face ao elevado número de solicitações, não nos foi possível estar em todos os locais para onde fomos convidados, tendo enviado, no mínimo, uma mensagem evocativa.

Considera-se de salientar o convite que, tal como no ano transacto, a Direcção da A25A recebeu da Assembleia da República para estar presente na sessão solene evocativa do 25 de Abril. Mais uma vez, os militares de Abril aí presentes foram extraordinariamente bem recebidos.

Destacamos também a presença de militares de Abril nas comunidades portuguesas na Bélgica e na Holanda bem como a grande manifestação mais uma vez realizada em Lisboa, com o apoio da A25A.

f. Diversos

— Novamente a A25A recebeu uma saudação pública do Governo Regional da Madeira.

— Foram igualmente recebidas variadíssimas saudações dos mais diversificados organismos, nacionais e estrangeiros.

2. REPRESENTAÇÕES DIVERSAS

Continuando a receber solicitações para comparecer nas mais diversas actividades a Direcção procurou a to-

(Continua na pág. seguinte)

RELATÓRIO FINAL DA DIRECÇÃO

(Continuação da pág. anterior)

dos responder quer com a presença, quer fazendo-se representar. Quando tal não foi possível, não deixou, no entanto, de agradecer o convite e de explicar as razões da não comparência.

3. VIDA ASSOCIATIVA

a. Subsídios

— Feito um pedido de subsídio ao Gabinete do Primeiro-Ministro, de 1000 contos, para publicação do livro «Chaves do Mundo Infantil na Mão de Piaget», oferecido à A25A pelo seu autor, apoiante MANUEL DE SOUSA VENTURA. Remetido o pedido ao Ministério da Educação, foi-nos recusado com o argumento de falta de capacidade orçamental.

— Foi solicitado ao Ministério da Defesa Nacional, um subsídio de 500 contos para ajuda da feitura do Boletim. Ainda se não obteve resposta.

b. Boletim

Por razões de vária ordem, não foi possível manter a publicação periódica do Boletim, publicando-se apenas um número. Porque se considera o Boletim de importância fundamental para a vida da A25A, defende-se um esforço extra para o seu melhoramento. Tal só será no entanto possível se se verificar a colaboração dos associados.

c. Informatização

Sem dispêndio para a A25A, foi obtido um computador AMSTRAD. Apenas dificuldades inesperadas impossibilitaram que os diversos serviços da A25A estejam já informatizados. Espera-se e confia-se que rapidamente o computador seja devidamente utilizado para melhoria substancial dos serviços.

d. Gabinete de Apoio

Reconhecendo a necessidade de dispor de apoio para as áreas administrativa e jurídica a Direcção decidiu criar, a título experimental, o Gabinete de Apoio. Gabinete que, para além do apoio aos corpos gerentes da A25A, prestará serviços aos associados que o solicitarem, em regime de «capacidade sobrante».

Pretendeu-se, assim, dar resposta a necessidades que se sentia existirem, no seio dos associados. Nesse sentido foi fornecida informação aos associados de que poderiam ser-lhes prestadas informações verbais sobre:

— Assuntos ligados à actuação administrativa (em sentido lato como, por exemplo, os relativos aos estatutos e regulamentos que pautam a conduta profissional;

— Assuntos ligados ao foro disciplinar: militar, dos civis ao serviço das FFAA, público e privado;

— Assuntos ligados ao foro criminal / militar e, eventualmente ao foro criminal comum; bem como, a indicação de advogados associados a quem poderiam recorrer, em ordem à prestação de serviços e especialidade. Com vista à elaboração da lista de licenciados em Direito, que poderiam colaborar com a A25A foram os associados contactados nesse sentido, tendo-se obtido resposta positiva de 14 associados (2 sócios e 12 apoiantes).

Surpreendentemente, os serviços do GA apenas foram solicitados por 3 associados. Será que, afinal, não existem problemas entre os associados, no âmbito dos assuntos do GA, ou será que os associados não acreditam nas iniciativas da A25A ou, pura e simplesmente, não lêm os documentos que recebem?

e. Delegações

Para além das já referidas actividades comemorativas do 13.º aniversário do 25 de Abril, apenas a delegação do Norte desenvolveu algumas actividades associativas.

Nomeadamente:

— Espectáculo da Companhia Selva Trupe «O MOTIM», com debate no fim da sessão;

— Jogo de futebol entre militares e jornalistas, seguido de jantar-convívio;

— Espectáculo do grupo TEAR «MEROPE — LIBERDADE OU MORTE», com debate no fim da sessão;

— Passeio no rio Douro, com piquenique a bordo;

— Ciclo de cinema, sobre o tema «Guerra e Paz»;

— Ciclo de diálogos com escritores do Porto.

Quanto à pró-delegação do Algarve, organizou a 2.ª festa-convívio no Castelo de Silves, ainda que com grande descoordenação e improviso.

A Comissão Instaladora da Delegação do Algarve foi dissolvida a seu pedido.

4. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

a. Sócios Efectivos

Durante o mandato desta Direcção faleceram 4 sócios (Manuel António Correia, José Manuel Pinto Marques Nave, João Sarmento Pimentel e António Manuel Mira Ganhão). Pediram a exoneração 12 e foram suspensos dos respectivos direitos, por falta de pagamento de quotas, 324.

Neste momento a A25A conta com 1941 sócios efectivos, estando 324 com os direitos suspensos e indo 27 ser propostos para ratificação à Assembleia Geral.

b. Apoiantes

Durante o mesmo período faleceram 5 apoiantes (Heliodoro dos Santos, Manuel Figueira Ortigão, Manuel Beça Múrias, Geordano Oliveira e Jorge do Nascimento Lopes) e verificou-se a exoneração de 6, a seu pedido.

Neste momento a A25A conta com 2147 apoiantes, 170 dos quais irão ser propostos à ratificação da Assembleia Geral.

5 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em anexo, junta-se uma informação sobre este assunto. Mais uma vez se destaca o grande atraso no pagamento das quotas, por parte de muitos associados.

Após a intensificação da sensibilização para o problema e ainda que a contragosto, decidiu a Direcção exercer, pela primeira vez, a sua competência disciplinar sobre os sócios que têm quotas em atraso. Numa primeira fase foram suspensos os direitos aos sócios que nunca pagaram quotas ou que apenas haviam pago as quotas de 1983. Numa segunda fase exerceram-se medidas semelhantes para os sócios que não pagam quotas desde Janeiro de 1986, inclusive. Como já foi atrás referido, foram abrangidos 324 sócios que se encontram com os seus direitos suspensos.

(Continua na pág. 13)

DA CIMEIRA DE WASHINGTON À CIMEIRA DE MOSCOVO

1 — O acordo sobre a eliminação dos mísseis nucleares de médio alcance, assinado em Washington, no dia 8 de Dezembro de 1987, pelo presidente Reagan e o secretário-geral Gorbatchov representou o culminar de um vasto período de desanuviamento que teve o seu início nos anos 70. Na prática tudo nos leva a crer que as superpotências chegaram à conclusão que o conflito nuclear deixou de ser racional e que, por via disso, não se justificavam os volumosos dispêndios de encargos armamentistas os quais passariam a ser orientados para programas de desenvolvimento. Acresce que as superpotências, conscientes do seu papel na diminuição dos desequilíbrios Norte-Sul, e na esteira de estudos e análises especializadas com origens em agências da ONU (em que se demonstra que quanto mais armamentismo menor é o desenvolvimento e maior o desequilíbrio Norte-Sul, com imprevisíveis consequências para a paz mundial), acordaram diminuir os focos de tensão regional começando por desdramatizar a problemática dos euromísseis.

Na sequência desta análise optimista aos efeitos da cimeira de Washington, será *admissível* esperar o reforço da cooperação bilateral entre os protagonistas do acordo, tornando mais fácil a implementação da segurança e cooperação europeia no quadro da Acta Final de Helsínquia e das conferências de revisão que se lhe seguiram (Belgrado, Madrid e Viena).

A expectativa maior da Cimeira de Washington também nos permite concluir que serão mais fáceis no futuro obter consensos nas diferentes reuniões sobre desarmamento ou controlo de armamentos que se arrastam desde a década de 70 (MBFR), sobre armamentos convencionais; SALT/START, sobre armamentos estratégicos; a IDE vulgarmente conhecida por «Guerra das Estrelas» e que engloba a utilização do espaço exterior para implementação de mecanismos dissuasores; desarmamento químico, etc.).

Esta é a visão que se retira do cenário montado em Washington e com que os médias nos brindaram no dia 8 de Dezembro, a par dos discursos dos líderes das superpotências.

2 — Porém, vejamos onde acaba a análise optimista e começa a realidade dos factos.

Em primeiro lugar, apesar de se poder depreender que o confronto directo entre as superpotências não é possível nem racional, dada a capacidade de destruição mútua, que acumularam e multiplicaram ao longo dos últimos anos, no entanto, nenhuma delas se eximiu a utilizar a força para conseguir obter os seus objectivos globais, influenciando directa ou indirectamente, o comportamento de outras unidades políticas. Veja-se o caso dos EUA a utilizar a força na resistência afegã, nos «contras» da Nicarágua, na UNITA, no Golfo Pérsico, etc.; veja-se igualmente, a URSS quer no Afeganistão (exibindo e aplicando directamente as suas forças armadas) quer na Nicarágua e Angola por via indirecta, etc. A recente Cimeira da NATO, em Bruxelas, também ao pôr em evidência a necessidade de introduzir novas modernizações no armamento nuclear táctico, veio demonstrar quão ilusório era pensar que a Cimeira de Washington tinha posto travão decisivo na sobrecarga armamentista.

Em segundo lugar, não há indícios de uma reorientação do esforço armamentista em proveito da diminuição do fosso Norte-Sul, tendo como origem as superpotências. Cada uma delas continua a fazer da venda de armamentos ao Terceiro Mundo uma inesgotável fonte de divisas.

Em terceiro lugar, a cooperação implícita no desenvolvimento de Helsínquia e insinuada na Cimeira de Washington, assenta em bases extraordinariamente frágeis a partir do momento em que se faz depender, por um lado, essa cooperação de contra medidas noutras áreas («nós só cooperamos se vocês nos garantirem em troca...») e, por outro, quando se limita o próprio âmbito da cooperação através de mecanismos discriminatórios e de controlo da acção de aliados (o mecanismo institucionalizado pelos EUA através da COCOM, Comité Coordenador de acesso tecnológico à URSS ou seus aliados, ilustram este tipo de actuação).

Em quarto lugar, não têm sido dados passos significativos nas mais importantes áreas em que têm lugar as conversações sobre desarmamento ou controlo de armamentos, verificando-se na actualidade o mesmo nível de impasse que se verificava à data da Cimeira de Washington.

É caso para perguntar: o que nos reserva o futuro?

Temos que ter o bom-senso de admitir que a escassos meses de distância da Cimeira de Washington não podiam ter-se proporcionado desenvolvimentos retumbantes em qualquer dos quatro níveis acima referidos. Porém, os próprios participantes se encarregaram de vir a público arrefecer as mais legítimas expectativas que se poderiam retirar da Cimeira de Washington, como se passa a exemplificar.

3 — O Secretário de Estado, George Schultz, discursando no Instituto de Estudos Internacionais Henry Jakson, em Seatle, em 5 de Fevereiro, afirmou reportando-se à Cimeira de Washington: «Acho difícil *acreditar que as nossas relações* com a União Soviética venham algum dia a ser 'normais', da mesma forma que mantemos relações normais com os outros países. Existem apenas duas superpotências no mundo. Divergimos completamente na forma como encaramos o papel do indivíduo nas nossas sociedades e na forma como nos relacionamos com os outros países. As nossas relações aerão sempre diferentes. Não parece provável que o relacionamento sovieto-americano deixe alguma vez de ser aquilo que sempre foi e continua a ser, um relacionamento profundamente cauteloso e, por vezes, antagónico.» Depois: «Não vimos mudanças que sugiram que a União Soviética tenha alterado os seus objectivos históricos de mudar o sistema internacional para uma vantagem própria.» E ainda: «A nossa tarefa principal é continuar a moldar as condições que possam afectar o comportamento soviético. A força ocidental e a vigilância são elementos-chave para este fim.»

Também a Leste, onde permanece o intuito oficial de monopolizar os sucessos da Cimeira de Washington para os países socialistas e bem assim de interpretar as cruzadas da paz dos movimentos pacifistas e antibelicistas, se deixa antever uma certa incapacidade de tratar estes problemas em termos multilaterais, de que é exemplo a seguinte passagem da Informação para a imprensa dos representantes dos Estados Membros do Tratado de Varsóvia, que ocorreu em Berlim em 11 de Dezembro, logo a seguir à Cimeira, e na qual esteve presente o próprio Gorbatchov:

«Os participantes no evento manifestaram a Gorbatchov o seu grande reconhecimento pelos esforços consequentes e vigorosos da URSS que conduziram aos primeiros resultados reais no desarmamento nuclear e que provaram a utilidade do nosso pensamento político.

(Continua na pág. 14)

PRIMEIROS SÓCIOS DE HONRA DA A25A

SARMENTO PIMENTEL

Propostas que estiveram na base destes galardões e que foram presentes à A. G. que as aprovou por unanimidade e aclamação.

Não parece necessário alongarmo-nos sobre a biografia propriamente dita do general João Sarmento Pimentel. Preferível será trazer aqui passagens de outros escritos, que esclarecem e justificam a proposta que agora se apresenta.

Vitorino Nemésio, no Prefácio aos «Diálogos de Norberto Lopes com o autor das *Memórias do Capitão*» confessa que «mal posso resumir o que neste texto me encanta. O ambiente carregado de idealismo dos cadetes da Rotunda, com Machado Santos; o dos bravos tenentes de dragões do Sul de Angola, com Pereira de Eça; o da valorosa resistência à reestruturação monárquica de 1919 e que Sidónio Pais repeso de transigências, por instinto premonitório, entregara confiante ao moço capitão de cavalos; depois a revolta tristemente gorada de 3 de Fevereiro, no Porto, e os desterros subsequentes; o ânimo com que Sarmento Pimentel suportou o exílio de trabalho em S. Paulo — tanta situação de perigo e de aventura, vivida por amor da Pátria, com exaltado mas seríssimo espírito romanesco, paralelamente a uma vida exemplar de pioneiro do Brasil e guia de imigrantes.»

O próprio Norberto Lopes, a abrir os seus *Diálogos*, logo nos informa que «o capitão João Sarmento Pimentel não só foi testemunha como participou em alguns actos da tragicomédia que se representou entre nós no decurso desse agitado período que vai desde a implantação da República e dos anos conturbados que se lhe seguiram até à instauração da ditadura que o Movimento Militar de 28 de Maio de 1926 nos impôs. Acompanhou ou tomou parte, mesmo durante a sua permanência no Brasil, onde se exilou após o malogro da revolta militar que teve começo no Porto, em 3 de Fevereiro de 1927 e foi tardiamente secundada pelas forças que em Lisboa tinham dado a sua adesão, comprometeu-se, como iamos dizendo, em todos os movimentos que se tentaram para derrubar o regime autocrático instituído em 28 de Maio e que Salazar consolidou e endureceu quando assumiu, mais tarde, a presidência do Conselho. Sarmento Pimentel lutou, depois, sem descanso, em todas as frentes, na Pátria e no exílio, pela palavra e pela acção, para ajudar a libertar o País do longo cativeiro que nos privou dos direitos inerentes à condição humana e acarretou outras calamidades que desacreditaram o sistema, criando-nos, deploravelmente, uma vergonhosa situação de povo tutelado ao qual foi negada a maioridade política.»

Também Jorge de Sena, no próprio prefácio das *Memórias do Capitão* se surpreende perante o Homem e a Obra que Sarmento Pimentel nos legou: «Que diremos que estas 'memórias, são? História ou literatura? Ficção ou documento? Sonho ou realidade? Reminiscência ou fantasia? Colocar nestes termos a questão é, desde já, prevenir perplexidades em que, perante elas, ainda que seduzidos pelo fascínio, alguns leitores se debaterão.

Porque é tão raro que alguém saiba transformar em arte a História de que participou. Tão raro que, sabendoo, do mesmo passo insufle às ressonâncias da vida os factos soltos de um passado extinto. Tão raro que o fervor, o entusiasmo e a ternura sobrevivam lúcidas, e todavia, capazes de rodear de sonho os tempos idos, para melhor reviverem-nos. Tão raro que as recordações, longe de secarem-se, palpitem de uma vida transbordante, que as faz mais vivas do que terão sido. Tão raro que um homem guarde, das experiências várias de uma

(Continua na pág. 9)

ZECA AFONSO

JOSÉ MANUEL CERQUEIRA AFONSO DOS SANTOS, o ZECA AFONSO, apoiante da Associação 25 de Abril, estimado e respeitado pela grande maioria do Povo Português, foi indiscutivelmente um eterno resistente.

Resistiu antes do 25 de Abril, através de uma empenhada acção política, mas sobretudo, com as armas que melhor dominava, as suas canções, a sua poesia, a sua música; impedido de exercer a sua profissão, no ensino oficial pelo regime de então, viu igualmente algumas das suas canções serem alvo de proibição de transmissão pelas emissoras de rádio, não sendo portanto um acaso a escolha pelo Movimento das Forças Armadas da sua «Grândola, Vila Morena» para confirmação da movimentação militar.

Resistiu após o 25 de Abril, num contexto político totalmente diferente, uma vez que a democracia alcançada não tinha trazido para grande parte do Povo Português, em particular para os mais desfavorecidos, aquilo por que sempre se batera, uma maior justiça social e uma melhor distribuição da riqueza.

Resistiu até ao fim da sua vida contra a doença cruel que não lhe perdoou e que o afastou para sempre, quando havia ainda tanto a esperar do seu talento e do seu empenhamento em prol de um País mais justo, mais fraterno.

Resiste ainda para além da morte, pois que as suas canções continuam a ser recordadas, sobretudo pelas camadas mais jovens, que lhe dedicam uma particular afeição.

A Associação 25 de Abril, que nos momentos mais altos das suas actividades vê os seus associados abraçarem-se ao som da «Grândola», verdadeiro símbolo da união e fraternidade em torno de um ideal por todos compartilhado, na sua qualidade de legítima e fiel depositária dos valores do 25 de Abril, tem o dever moral de reconhecer a dívida para com o cidadão José Afonso, prestando-lhe a maior homenagem que os seus estatutos lhe permitem.

Tendo assim em consideração o contributo original e único que José Afonso deu directa e indirectamente para o triunfo do 25 de Abril, propõe-se, ao abrigo do Art.º 7.º do Regulamento Interno, que JOSÉ MANUEL CERQUEIRA AFONSO DOS SANTOS seja eleito, a título póstumo, como Sócio de Honra da Associação 25 de Abril.

Linda-a-Velha, 16 de Março de 1988.

A DIRECÇÃO

SARMENTO PIMENTEL

(Continuação da pág. 8)

longa e agitada vida algo mais que a dispersa e melancólica ideia de que tudo não foi em vão. Tão raro, nas letras portuguesas, que um homem tenha sido, ao mesmo tempo, de acção e de cultura, sem que uma inutilize a outra, ou sem que constituam duas experiências independentes: e que, tendo esse homem herdado, vivido e feito História, seja aquele que a conta como coisa viva. Tão raro é tudo isto, mas tão raro, que as *Memórias do Capitão* hão-de surpreender muita gente, chocarão alguma, e serão daquelas obras que outros se afligirão de não saberem como classificá-la.»

E mais adiante acrescenta Jorge de Sena:

«Eu tenho para mim que estas «Memórias» hão-de ser tidas — quando apenas ficar delas a beleza estética e moral das suas páginas — por uma das obras raras da literatura portuguesa; e que, se houver no futuro um gosto da viril franqueza que não exclua sensibilidade fina e discreta, e se voltar a haver, por sobre as divergências de opinião e de crença, qualquer coisa que se pareça com Educação Cívica, trechos delas serão lidos nas escolas, como exemplos de integridade, destemor, e apaixonada dedicação pela Pátria e pela Vida».

São ainda de Jaime de Morais, que com Sarmento Pimentel, Jaime Cortesão e José Domingues dos Santos, assinou a Proclamação Revolucionária de 3 de Fevereiro de 1927, as palavras de lembrança que escreve ao «Capitão»: «Voltei a encontrá-lo em horas difíceis: no Porto, abracei-o na madrugada fria de 3 de Fevereiro de 1927, quando V. era um dos membros do Comité do Norte, o responsável pelo levante que se deu e de que se pode, com orgulho, guardar honrada recordação. Depois foi a debandada, o exílio...

Você, que gosta de versos, deve ter sido sempre apaixonado por António Nobre e, como eu, certamente nunca esqueceu estes seus versos imortais:

Ai do Lusíada, coitado,

.....

Antes fosse para soldado,
Antes fosse pró Brasil...

Soldado já o era, e que soldado V. não foi, Pimentel! Chanas do Além Cunene, as galopadas com uma «cohorte de boers»; planuras da Flandres; manhã heróica do Porto, quando com o seu esquadrão da Guarda, numa arrancada fulminante, deu o golpe de misericórdia na dolorosa intentona monárquica de 1919. Demitido, por ser bravo, como o foram quase todos os bravos combatentes vencidos de então, restava-lhe, na mística do «Só», o caminho do Brasil.

E como também não podia continuar a ser soldado, e como também adorava o nosso poeta também terminei por vir para aqui. E assim nos encontrámos de novo, camaradas e companheiros, como no dia do nosso primeiro encontro e aqui lhe dei um abraço.

Perdõe-me a sua modéstia o recordar um facto glorioso para aí, velho já de meio século e deixe-me agradecer-lhe o que, sem esmorecimento, sempre fez e fará pela sua Causa, pela nossa Causa comum, por Portugal e pela República.

Para terminar, juntemos um pouco da suculenta prosa do velho 'capitão', após a derrota dos republicanos do Porto, em Fevereiro de 1927:

«Mas o cerco da polícia ia-se apertando, e era necessário emigrar para poder começar de novo a luta pelo pão de cada dia e não 'andar a monte' sempre sujeito a uma denúncia e na deprimente condição de viver de amigos.

Mais duas etapas faltavam para passar a fronteira e embarcar para o Brasil:

— Sucçáes, casa de meu avô Pavão, onde cheguei em viagem directa de automóvel pela estrada do Marão, disfarçado com cabeção e volta de eclesiástico, e uma fatiota preta.

Meu tio Alberto Pavão entendeu que tristezas se iam embora à força de comezainas. E foi um nunca acabar de cabidelas, perus, cabritos, leitões, sopas de espinhela caída, doçaria e frutas secas para ressuscitar um morto, garrafeira a dizer, enquanto se preparava o itinerário para o fronteira.

Saímos, eu e o feitor do casal de meu tio, por volta das 4 horas da tarde.

Eu montava um cavalo meia-marca, como convinha ao traje e condição do cavaleiro, o feitor numa muar albardeira e seus alforges, que sustinham as duas malas da minha roupa, dando aquele conjunto a impressão de clérigo em mudança para paróquia na Serra das alturas de Barroso, ou outro rincão onde Judas perdeu as botas.

D. Quixote, numa terceira viagem iria assim ensimesmado, montado, trajado, acompanhado. Doze horas depois, tendo durante muito tempo enxergado as luzes de Chaves, que deixámos acachapada no vale do Tâmega e já muito para trás, batemos ao portão da quinta do sr. Geraldes que estava à nossa espera com um ceia de respeito.

O cansaço e o sono e uma cama magnífica, ajudaram aquele alto, último, por 5 lustros, em terras de Portugal» (...)

«Na frente, e além do pequeno vale com lameiros e campitos de restolho, a ambicionada Espanha para a libertação do triste e fracassado cavaleiro andante» (...)

Cortei um ramito de urze florida ", como derradeira recordação dos últimos minutos que estive em Portugal, guardei-o no bolso, coração apertado, olhos bem abertos, querendo fixar, para muito tempo, aquela terra onde deixava tudo — a mulher e os filhos e o povo, meu campanheiro de sempre, e agora da minha desventura, que, com a esperança, leva na alma todo o emigrante.»

A notícia do 25 de Abril recebe-a o 'capitão' de maneira que mais tarde contará:

«— Eu estava em S. Paulo, tinha ido à fazenda. Quando cheguei, os meus filhos esperavam-me em casa, ao contrário do que era costume. Estranhei o facto e cheguei, até, a suspeitar de alguma notícia desagradável. Mas eles dispararam-me logo a boa nova, sem esperar que eu manifestasse a minha natural curiosidade: 'Triunfou a revolução em Portugal. O Caetano e o Tomás foram presos. Acabou a ditadura!'. Tive (...) uma grande emoção. Fiquei quase sem poder falar. Eles estavam muito contentes, porque desde meninos se habituaram a ouvir falar de revoluções e sabiam que a libertação de Portugal das garras da ditadura era uma permanente ambição do meu espírito. Mantinham-se tão fiéis ao culto da Pátria, que nunca se naturalizaram brasileiros, o que para mim é motivo de grande satisfação.»

Foi só após o 25 de Abril que Sarmento Pimentel foi reintegrado e promovido, primeiro a coronel e depois a general. As estrelas correspondentes a este posto foram-lhe entregues, pessoalmente, em sua casa na cidade de S. Paulo, por dois capitães de Abril, em cerimónia simples, mas cheia de emoção.

O general Sarmento Pimentel, valoroso militar, intrépido democrata, lutador incansável pela causa da Liberdade, reconhecido homem de letras, numa extensa actividade que se inicia nos primeiros tempos da *Seara Nova* e se prolonga por essa notável herança cultural que nos legou e que são as suas *Memórias do Capitão*, é bem o exemplo do sócio de honra que a Associação 25 de Abril se orgulhará de possuir.

A DIRECÇÃO

ATENÇÃO ASSOCIADO: Quotas em atraso significam redução de actividade da Associação 25 de Abril.

COMEMORAÇÕES POPULARES DO 14.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Mais uma vez um grupo de cidadãos se organizou para promover as comemorações populares do 25 de Abril. Nesse sentido foi difundido um apelo assinado por um numeroso grupo de portugueses, muitos deles associados da A25A.

Informe-se que, na manifestação do Rossio usará da palavra, em nome dos militares de Abril, o Tenente-Coronel Vasco Lourenço.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Associação 25 de Abril realizou em 18/3/88 a sua Assembleia Geral Ordinária, no Fórum Picoas.

No cumprimento da ordem de trabalhos anteriormente difundida foi ratificada a admissão de 27 novos sócios efectivos e de 170 apoiantes. Por proposta da Direcção foi aprovada a concessão da categoria de Sócio de Honra, a título póstumo, aos associados José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos (Zeca Afonso) e João Sarmento Pimentel. Foi aprovado o relatório e contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal, com voto de louvor à Direcção, bem como foram eleitos os novos Corpos Gerentes.

A Direcção deu a conhecer as iniciativas próprias já programadas para a comemoração do 14.º aniversário do 25 de Abril e as muitas solicitações que por parte de autarquias, empresas, colectividades e associações têm sido dirigidas à Associação 25 de Abril com vista à comemoração daquela efeméride.

Após debate de outros assuntos de interesse associativo, a Assembleia reconheceu que a falta de uma sede condigna tem trazido grandes dificuldades à vida da Associação e que é factor importante para a sua dinamização. O presidente da Direcção deu a conhecer as diligências realizadas para a sua obtenção.

No debate da actualidade da A25A foi reconhecido serem sócios e apoiantes muitas das mais notáveis personalidades da vida nacional em vários domínios do saber e da cultura e haver necessidade de dar expressão associativa a essa grande potencialidade.

INTERVENÇÃO DO CONSÓCIO RIBEIRO DA SILVA

1. Preâmbulo

Longe vai o 25 de Abril de 1974.

Longe no tempo e mais longe ainda no coração, para aqueles que a ele assistiram.

Mais longe ainda para aqueles que à data não eram nascidos ou que poucos anos de vida contavam.

Ele era os CRAVOS VERMELHOS!
Ele era o MFA!
Ele era a UNIDADE POVO/MFA!
Ele era a LIBERDADE!
Ele era a DESCOLONIZAÇÃO!
Ele era a DEMOCRACIA!
Ele era o DESENVOLVIMENTO!

Neste momento, o 25 de Abril só permanece bem vivo para a grande maioria daqueles que na sua consecução se empenharam decisivamente, ou por aqueles que mais ferozmente o combateram e para os quais certamente enquanto houver um homem de Abril de pé tal será um «ultraje».

No meio destes dois grupos movimentam-se os interesses cruzados da grande maioria do Povo Português. Para a grande generalidade das p e s o a s os ideais já lhe dizem pouco; os interesses materiais e o comodismo sobrepõem-se a qualsquer outros valores. As pessoas habituaram-se na generalidade a «raciocinar com a barriga», entendendo que só será bom para o País aquilo que de imediato lhes trouxer proveitos próprios, pouco lhes importando os meios como são obtidos. As referências morais que, ou não existem ou estão pouco consolidadas, sobrepõem-se as referências materiais. Movimentam-se mais as gentes por banalidades e mediocridades do que por ideais. Poucos estão mobilizados, de momento, para lutar por IDEAIS.

Foi por ter havido Abril que a nossa Associação nasceu, e foi por interesse em manter Abril vivo que ela existe.

2. As origens da A25A

Com o objectivo de unir as mulheres e homens de Abril em torno de uma Instituição, foi fundada a Associação 25 de Abril.

Extinguido que foi o Conselho da Revolução, entendeu-se que teria de haver um referencial para o 25 de Abril, que poderia e deveria ser a A25A.

Discutiram-se os seus Estatutos.

Discutiu-se se seria aberta só a militares ou também a civis.

Discutiu-se se dentre os militares seria só para os do QP ou também para os do QC.

Discutiu-se se deveria ser aberta só a oficiais ou também a sargentos e praças do QP.

Enfim, equacionaram-se os presumíveis prós e contras de qualquer das alternativas no momento e mesmo contra a vontade de a l g u n s decidiu-se que todos tinham lugar lá dentro.

A Associação teve vida, teve sede (embora precária), teve impacto, foi respeitada e penso que algo de importante realizou.

3. A actualidade da A25A

A A25A depois de ter conseguido obter uma implantação importante na Sociedade Portuguesa, não quis ou não pôde fazer a «exploração do sucesso».

A partir de determinado momento,, praticamente acabou a entrada de novos sócios e apoiantes, chegando mesmo a perder alguns, quer por moto-próprio, quer porque a própria Associação se viu na necessidade de penalizá-los com a perda de direitos pelo incumprimento de todos os seus deveres de associados.

A «incomodidade» que inicialmente significava para alguns sectores da vida política e militar a simples existência da A25A desapareceu e prouvera que fora por razões diferentes do seu mero apagamento.

As actividades de maior ou menor fôlego que, com mais ou menos dificuldades a A25A desenvolvia, foram rareando e, actualmente, quase desapareceram.

Sócios e apoiantes que há anos atrás falavam da «sua» Associação, hoje quase nem o seu nome pronunciam.

Tenta-se a obtenção de uma sede minimamente condigna e as portas vão-se fechando sucessivamente na cara.

Que se passa?

4. A Associação numa encruzilhada

Tendo por base os pressupostos tecidos nos capítulos anteriores, penso que a situação figurada exige uma grande reflexão e um equacionar de decisões importantes inadiáveis.

Começaria por abordar a dicotomia sócios/apoiantes, em que estes últimos gozam de estatuto de segunda em relação aos primeiros.

Tenho para mim que a grande maioria dos sócios pensa não ter a Associação ido tão longe quanto seria possível na intervenção nos problemas de natureza corporativa (militar) e que a quase totalidade dos apoiantes se sentirá defraudada com a pouca intervenção na vida portuguesa da A25A. Em suma, não se agradou nem a «gregos» nem a «troianos». Este facto poder-se-ia ter como um elogio à actividade equilibrada da Associação, se não fosse antes, quanto a mim, um sintoma de debilidade.

Vamos a uma segunda reflexão.

Verificou-se uma quase coincidência no tempo entre a promoção de um certo número de actividades que atraíam os sócios/apoiantes à nossa sede no Forte do Bom Sucesso, e a mudança da sede para a actual com o consequente desaparecimento quase abrupto dessas mesmas actividades.

Uma sede que custa mensalmente bastante caro, que praticamente só alberga os Serviços Administrativos da Associação e que ainda por cima é excêntrica em relação à cidade de Lisboa, não funciona como pólo aglutinador dos associados.

Uma terceira reflexão.

Porque deixou de se publicar trimestralmente o Boletim que, mesmo com todas as suas limitações, era ainda o veículo de comunicação por excelência dos órgãos Sociais da Associação com os associados. Por modesto que ele seja é

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

sempre importante que exista. Se por falta de condições financeiras não puder ser impresso numa tipografia, há que reproduzi-lo mesmo que seja em «stencil».

A reflexão seguinte.

Não será enfadonho a A 25 A, volvidos que são quase catorze anos após o 25 de Abril, empenhar-se em defesa dos muitos latos «ideais de Abril» e não renovar o seu discurso. Não será, porventura, mais actuante defender opiniões concretas sobre aspectos pontuais da Sociedade Portuguesa, opiniões essas que acompanhem a natural evolução político-social do processo português.

Uma outra reflexão.

Porque teve que se colocar à guarda de outra entidade, embora da máxima respeitabilidade — Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, todo o espólio já existente no embrião do nosso Centro de Documentação.

Importante que seria termos esse órgão bem palpável a funcionar na nossa Associação.

Quantos documentos importantes e inéditos, peças valiosas para compreensão de todo o processo histórico do 25 de Abril, poderiam vir a ser património da A25A, se aquele Centro estivesse a funcionar em pleno?

Mais uma nova reflexão.

As dívidas de muito associadoa em quotas vão aumentando, outros (agora excluídos) nunca pagaram ou praticamente só o fizeram nos primeiros tempos, ressentindo-se do facto a Associação que atravessa uma situação financeira difícil, em que se limita a fazer sobreviver os seus serviços administrativos.

Isso não obsta a que pague uma renda mensal relativamente elevada e vencimentos a vários funcionários, vencimentos esses que, embora relativamente modestos, pesam consideravelmente no orçamento da Associação. Seria importante também reflectir sobre a contrapartida em rentabilidade desses mesmos funcionários.

Uma reflexão final.

Espero bem que tudo o que disse não tenha sido considerado um libelo acusatório à Direcção da A25A, órgão, aliás, ao qual já pertenci em três mandatos sucessivos, mas antes um conjunto de verdades (quanto a mim), ditas de uma forma dura e crua, mas cuja exteriorização não pode ser mais adiada.

Existe uma inércia colectiva no seio de nossa Associação que transparece numa falta de vontade, iniciativa e imaginação para se dar a volta a todo este estado de coisas. A Direcção não recebe o apoio dos associados para desenvolver a sua actividade e os associados não se mobilizam para trabalhar para a Associação porque a Direcção não os estimula.

E este o dilema.

5. O futuro da Associação

Como ultrapassar este dilema?

Tendo em atenção todos os considerandos do Preâmbulo desta minha intervenção e as reflexões adiantadas no número anterior, penso que há decisões inadiáveis a tomar para fazer face ao apagamento completo da A25A.

Essa (r)evolução passa pelos seguintes pontos:

a) Alteração estatutária que permita o desaparecimento da figura de apoiantes, que automaticamente passariam também a ser sócios efectivos de pleno direito;

b) Como consequência da alínea anterior, nas alterações correspondentes dos Estatutos, reservar somente os lugares de Presidente dos três Orgãos Sociais (A. G., Direcção, Conselho Fiscal) para sócios fundadores;

c) Obter rapidamente uma Sede Social própria em local central de Lisboa, que permita ter uma pequena zona de convívio (restaurante, bar, etc.), mesmo em condições longe das ideais. Penso que se poderá mesmo recorrer a um empréstimo junto de uma Instituição de Crédito;

d) Publicação mensal ou bimensal do Boletim, nem que seja tirado em «stencil». Penso que há algumas possibilidades de, através de alguma publicidade escolhida o Boletim se pagar quase a ele próprio;

e) Conseguir assinaturas de protocolos com diversas entidades civis que permitam obter contrapartidas em benefícios para os sócios da A25A;

f) Emitir opiniões sobre os assuntos mais importantes que forem sendo notícia na Sociedade Portuguesa e que interessem à globalidade dos Portugueses, com um discurso inteligente, pedagógico e actual, sem a utilização maciça dos habituais chavões dos «Ideais de Abril», embora os não perca de vista;

g) A médio prazo, e, após atingidos os objectivos apontados nas alíneas anteriores, pensar seriamente numa proposta de aumento de quotas, que possa fazer face à natural inflação e à diminuição das receitas.

Não sei se todas estas propostas ajudarão a salvar a nossa Associação. Mas estou bem certo que se pelo menos algumas destas decisões não forem tomadas a A25A morrerá com certeza.

INTERVENÇÃO DO CONSÓCIO MÁRIO TOMÉ

Apesar das dificuldades, naturais ou impostas, a nossa Associação tem resistido com galhardia e perseverança.

O golpe profundo e traiçoeiro, que se pretendia mortal, de despossá-la da sua sede não surtiu, pois, efeito. Mas foi duro e tem sido difícil, muito difícil, à A25A manter-se com um grau de actividade e de intervenção correspondente às responsabilidades assumidas e à expectativa que a sua criação suscitou nos meios democráticos, no sector cultural empenhado, nos cidadãos em geral que comungam dos ideais de Abril, nos militares determinados na defesa dos objectivos mais amplos e mais puros da nossa revolução, nos próprios sócios e apoiantes.

Creio não ser despropositado prestar homenagem às sucessivas direcções que têm aguentado o embate e, principalmente, sublinhar a sua seriedade, modéstia, cabeça-fria, espírito crítico e autocrítico, conseguindo não perder a confiança nem a ousadia de procurar caminhos e soluções que alarguem o campo de intervenção, permitam recuperar das consequências dos golpes sofridos e implantem a A25A como uma realidade viva e actuante como é desejo de todos, apesar da aparente ou real apatia de parte de alguns sócios.

Por vezes analisa-se a situação da A25A apenas na perspectiva da dialéctica direcção-massa associativa. Tal perspectiva, sendo justa, não pode estar desinserida da realidade circundante sob risco de cairmos num círculo vicioso. A vida da Associação tem de ser apreciada de acordo com a situação geral no nosso País e perspectivada em função dessa mesma situação. Senão a desmoralização e a sensação de impotência podem instalar-se em vez do activismo positivo e do olhar seguro para a frente.

Em primeiro lugar temos de ter a consciência da situação real de praticamente todas as associações, sociedades recreativas e colectividades do nosso País. Nos dias de hoje todas elas se debatem com grandes dificuldades, com a desmotivação da massa associativa, com uma enorme dificuldade em arranjarem quem queira assumir responsabilidades, com o afastamento dos sócios, com a redução das quotizações. E isto mantendo elas as suas sedes.

Para sobreviverem e resistirem viram-se obrigadas a malabarismos de imaginação e, principalmente, a organizarem uma variada prestação de serviços aos sócios.

(Continua na pág. seguinte)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

(Continuação da pág. anterior)

A orientação política que tem seguido o nosso País, a propaganda e a orientação dos meios fundamentais de comunicação, promovem o individualismo, o salve-se quem puder, lançam um ataque sistemático, subtil e eficaz, contra o espírito de solidariedade, o colectivo, os ideais mais sérios de liberdade e de progresso.

O próprio Estado se desresponsabiliza da sua função de assegurar a solidariedade social e se institui em promotor de concorrência individual, da antropolatria social, forma disfarçada de, no mundo de hoje, promover os monopólios e a concentração da riqueza.

A Associação 25 de Abril, apesar dos seus objectivos mais amplos e generosos, tem de encontrar maneira de servir, com imaginação, os seus sócios. E a anterior direcção teve essa lucidez de criar os serviços de consulta jurídica. Há, pois que avançar por esse caminho.

No entanto, outras vias poderão ser exploradas. A A25A tem de, para cumprir completamente os objectivos para que se formou, passar a desempenhar um papel activo, mais activo, na salvaguarda dos ideais de Abril, não só entre a massa dos seus associados mas também junto da generalidade da população portuguesa, civil e militar. Para tal tem de aparecer continuamente e, em especial nos momentos críticos ou polémicos da vida nacional, a pronunciar-se claramente em defesa daqueles ideais por que se bateram os seus associados com o apoio do Povo Português. A democracia, a independência nacional (consumada que foi a descolonização — não nos esqueçamos de Timor-Leste; a A25A devia reivindicar como sua grande tarefa dar voz e apoio, servir de pólo de divulgação da luta do povo Maubere e não deixar isso nas mãos de um herdeiro qualquer de D. Miguel), e o desenvolvimento entendido na sua perspectiva, a original, de melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos.

É uma missão nobre e difícil. Mas foi a missão que a A25A a si própria atribuiu. E para a levar a bom cabo não se podem desperdiçar nem vontades nem forças. Por isso a necessidade de se levar por diante a proposta que vi já várias vezes formulada, de acabar com a figura de sócio apoiante e passarem todos os sócios a terem os mesmos direitos e deveres.

São sócios apoiantes grande parte da nata intelectual do nosso País. Os grandes homens do pensamento e da cultura. É com eles que a A25A tem de contar para estruturar cada vez melhor a sua intervenção. E da maneira mais eficaz e que melhor lhes vai a carácter: através do debate aberto, amplo, livre, criativo. Organizado à sombra vivificante dos ideais de Abril e apoiado na estrutura física e social da sua Associação.

E de todas as grandes questões, aquela que me parece urgente e ao mesmo tempo mais unificadora, é a que se prende com a nossa identidade como povo e como nação, com a defesa da nossa autonomia, com a resistência à internacionalização descaracterizadora e suicida, ao cosmopolitismo cultural, que apenas servem interesses hegemónicos de grandes potências económicas e militares que contam, como «quinta coluna», com a infiltração da falsa cultura internacional fabricada pelas multinacionais e com os seus promotores cá dentro das nossas fronteiras, minando as nossas resistências culturais, o mais forte reduto da independência.

Veja-se como a própria sonoridade da nossa língua está a ser adulterada, tornando-se espessa e gutural, mimando o anglo-saxónico mais macarrónico, nas vozes dos «rokeiros» em português, que me lembram desajeitados papagaios.

Ao Movimento dos Capitães coube a honrosa tarefa de criar as condições para, dos subterrâneos do colonialismo, nascerem novas nações independentes.

A A25A cabe ser um dos pilares para que Portugal, nação independente, se não torne ele próprio, uma colónia.

Pelo voto a Austria aceitou ser integrada na Alemanha de Hitler. Fenómeno estranho e aberrante. Mas não corremos nós o risco de, pelo voto, passarmos a ser um Estado de muito limitada soberania, sujeito a um poder supranacional europeu?

Vamos questionar seriamente a legitimidade de tal pretensão. Vamos despertar as consciências. Vamos defender a nossa independência nacional. Vamos dar voz à voz do nosso povo, à nossa cultura, a que vem do fundo dos tempos e à nova, transformada pelos ideais de liberdade e de progresso. Vamos chamar a juventude.

É nosso dever e nosso direito. E tudo isso passa, sem termos de estar à espera, por termos uma sede condigna, centro de patriotismo, civismo e cultura, centro de encontro e irradiação dos ideais de Abril.

MARIO TOMÉ

NOVOS CORPOS GERENTES DA A25A

Na última A. G. foram eleitos os novos Corpos Gerentes da nossa Associação, para o biénio de 1988/89

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — JOSÉ MANUEL DA COSTA NEVES
Vice-Presidente — JOSÉ MANUEL OLIVEIRA MONTEIRO
Primeiro Secretário — CREMILDO LOBATO FOSSANTE
Segundo Secretário — JOSÉ BARATA OLIVENÇA
Substitutos (2) — JOAQUIM JOSÉ FILIPE VENTURA
— NUNO ALVARO SANTOS SILVA

DIRECÇÃO

Presidente — VASCO CORREIA LOURENÇO
Vice-Presidente — JOÃO CAIADO GAGO FALCÃO DE CAMPOS
Secretário — MANUEL MARIA MARTINS LOPES
Tesoureiro — MANUEL ANTUNES BORGES CORREIA
Vogais Efectivos (5) — ANTONIO JOAQUIM PLAUSINO RAIMUNDO
— FERNANDO ANTONIO DA FONSECA CASIMIRO
— LUIS MARIO VENTURA FRANÇA GALVÃO
— JOÃO CARLOS FERRÃO MARQUES DOS SANTOS
— RICARDO MARIA RICA DA SILVA
Vogais Substitutos (3) — JOSÉ LUIS DE NAPOLES GUERRA
— ANICETO HENRIQUE AFONSO
— JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ROSARIO SIMÕES

CONSELHO FISCAL

Presidente — AMADEU GARCIA DOS SANTOS
Primeiro Secretário — JOSÉ ALBERTO NUNES DA CRUZ
Segundo Secretário — EUGÉNIO OSCAR FILIPE DE OLIVEIRA

DELEGAÇÕES

Presidente da Del. Norte — ROLANDO CARVALHO TOMAZ FERREIRA
Presidente da Del. Centro — MANUEL HENRIQUE LEITÃO HENRIQUES

A sua tomada de posse teve lugar em 23/2/88, na Sede da nossa Associação, tendo no acto, presenciado por um número significativo de associados, usado da palavra o Presidente da A. G. cessante (Vitor Crespo), o Presidente da A. G. empossada (Costa Neves) e o Presidente da Direcção (Vasco Lourenço).

A actual Direcção

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

litares de Abril vêm sofrendo problemas de perseguição, tentativas de marginalização e provas de desconsideração, no seio da Instituição que lhes deveria estar permanentemente grata, porque através deles viu resgatada a sua honra e a sua dignidade perante os Portugueses e o mundo. Com a agravante de muitos dos autores dessas inqualificáveis acções serem precisamente os que, em momentos de dificuldade, se acomodaram sempre à espera de que outros enfrentassem as tormentas. Essa situação é, no entanto, fortemente agravada quando, na sua qualidade de membros da Instituição Militar, se vêem, agora e cada vez mais, desconsiderados, limitados nos seus direitos e atirados para um «gheto», numa acção que, a existir outra envolvente política, levantaria fortes suspeitas sobre as intenções dos responsáveis políticos e político-militares, que assim provocam os detentores da força armada em Portugal. No entanto, apesar da envolvente política que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, nunca será demais relembrar a História Contemporânea dos Portugueses e ter presente que, lamentavelmente, nem sempre, antes pelo contrário, os militares estiveram ao serviço do seu povo. Por isso, o nosso alerta para a necessidade de defender, acima de tudo, os ideais da Liberdade, da Democracia e da Justiça Social. E se os militares considerarem, mesmo que com enorme razão, que essa justiça social lhes não está a ser aplicada, acreditamos que terão permanentemente presente que tudo terá que se resolver em Democracia e com Liberdade. Compreende a A25A as razões que levam muitos dos militares portugueses a pensar, cada vez mais, na necessidade de se organizarem de forma a defenderem os seus interesses sócio-profissionais. O desencanto é grande, a dúvida quanto à capacidade dos responsáveis poderem resolver a situação é cada vez maior, a desconfiança aumenta e o mal estar alastra dia a dia. Por isso mesmo se compreende a agitação que se vem sentindo no seio das militares, onde se incluem inúmeros sócios da A25A. Agitação que, estamos certos, não será aproveitada para desígnios menos correctos mas contribuirá, sim, para uma maior dignificação da Instituição Militar. Considera-se, no entanto, necessário e salutar esclarecer mais uma vez que, embora se siga com interesse e atenção tudo o que diga respeito aos sócios da A25A, não será através da mesma que assuntos de natureza sindical poderão ser discutidos e muito menos resolvidos. A A25A é uma associação de natureza cultural e cívica e assim continuará na defesa dos objectivos que a norteiam. No início do seu mandato, pela primeira vez de dois anos, a Direcção está confiante em que com o apoio de todos os seus associados, poderá alargar e aprofundar o seu campo de acção na defesa dos ideais de Abril. De acordo com as orienções recebidas na passada Assembleia Geral, procuraremos encontrar os caminhos para que esses objectivos se alcancem.

É hora de esperança e não seremos nós a desistir.

VASCO LOURENÇO

Evocação de uma data

Tiveram lugar no passado dia 9 de Abril as cerimónias evocativas da Batalha de La Lys e ainda (e pela primeira vez) a homenagem aos mortos em defesa da Pátria, independentemente do tempo histórico em que tenham ocorrido os conflitos.

A Associação 25 de Abril sensível à alteração introduzida na justificação e caracterização das cerimónias, expressou a sua adesão através do seguinte telegrama dirigido ao Presidente da Liga dos Combatentes:

Motivo passagem 70.º aniversário Batalha La Lys e homenagem mortos em defesa da Pátria, Associação 25 de Abril manifesta solidariedade e respeito, evocação empreendida pela Liga dos Combatentes.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Vasco Lourenço

RELATÓRIO FINAL

(Continuação da pág. 6)

Não quis a Direcção estender desde já a mesma medida aos apoiantes. Considera-se, no entanto, que medida semelhante se deve alargar aos apoiantes que, tendo declarado desejar pagar determinada quota, o não vêm fazendo. Como exemplo, aponta-se o número de apoiantes que tendo declarado desejar pagar determinada quota, nunca fizeram qualquer pagamento: 476.

6 CONCLUSÕES

No relatório anterior, apontámos já para uma situação bastante precária, quer em condições de trabalho, quer na mobilização dos associados.

Passado que foi mais um ano, que dizer?

Que conclusões poderemos tirar?

Em primeiro lugar, uma bem triste e elucidativa: a desmobilização aumentou, as condições internas da A25A não melhoraram, as condições externas que a envolvem também não são mais favoráveis, antes pelo contrário, e as perspectivas não são nada animadoras.

Efectivamente, em termos de sede pouco ou nada se avançou de concreto, quer na concretização da obtenção de um terreno — ainda que as perspectivas sejam boas — quer na obtenção de fundos.

Quanto às poucas iniciativas levadas a efeito, nomeadamente os colóquios comemorativos do 25 de Abril, a participação de associados foi francamente diminuta.

No que se refere a actividades associativas a capacidade de organização foi quase nula, não tendo sequer sido organizados os primeiros ENCONTROS DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, como ficara decidido na anterior Assembleia Geral.

A situação continua a não ser fácil. Os tempos apresentam-se difíceis para quem continua a assumir-se como de Abril e a defender os seus ideais. O desencanto continua a atacar-nos, a saturação a conquistar-nos, o conformismo a seduzir-nos e a dominar-nos. A acomodação é, efectivamente, bem mais fácil que a continuação da luta pelos ideais de Abril.

Por nós continuamos a considerar que a A25A não é uma aposta falhada. Continuamos a defender que a sua existência se justifica e poderá mesmo contribuir activamente na luta que se vem desenvolvendo pela defesa das liberdades, por uma maior justiça social, pela continuação e aprofundamento dos valores demo-

(Continua na pág. seguinte)

DA CIMEIRA DE WASHINGTON À CIMEIRA DE MOSCOVO

(Continuação da pág. 7)

Foi realçado com satisfação que isto é a expressão da política comum rumo à paz dos Estados Membros de Varsóvia, das iniciativas e actividades os países socialistas que se empenham incessantemente por diminuir a confrontação e passar, nas relações internacionais, para uma cooperação mutuamente frutífera.»

4 — A Cimeira de Washington pode continuar a ser um marco milenário da conjuntura internacional. Temos consciência que as mudanças estruturais não se ofereçam por passes de mágica. No entanto, existem muitas situações que estão desajustadas no espírito de Washington e cuja irradicação está ao alcance dos principais protagonistas. Por exemplo, é inadmissível que no corrente ano surja uma nova edição propagandística do «Poder Militar Soviético», editado pelo Departamento de Defesa dos EUA, panfleto onde a par de se referir novos e futuros armamentos soviéticos, se faz menção expressa ao não reconhecimento da incorporação dos estados bálticos na URSS, como se isso ainda tivesse algum sentido depois da Conferência de Helsinquia; como também é inadmissível um novo esboço de um panfleto editado em Moscovo sob a epígrafe «Quem ameaça a paz» e aonde a propaganda soviética declara textualmente: «A paz é ameaçada pela máquina de guerra dos EUA, pela política militarista da Administração americana, pelas suas tentativas de abordagem dos assuntos internacionais a partir de uma posição de força.»

A Cimeira de Washington abriu expectativas promissoras para a Cimeira de Moscovo, a realizar no final de Maio. Ela irá exigir medidas mais internacionais; irá determinar formas mais responsáveis de intervenção no Terceiro Mundo; terá forçosamente de esbater preconceitos no domínio da cooperação, fazendo-a regressar ao seu verdadeiro sentido de solidariedade e entre-ajuda; e, finalmente, concretizará as reduções qualitativas e quantitativas dos armamentos nos mais variados domínios (nuclear, estratégico convencional, químico, etc.).

A Cimeira de Moscovo, nesta perspectiva, será a confirmação optimista dos efeitos da Cimeira de Washington. Espera-se dos protagonistas a partir de agora mais realismo. Tanto exige a expectativa forjada em Washington, e que a paz, bem supremo da Humanidade, exige que não se perverta.

REJA SANTOS e MANUEL LOPES
(Associados da A25A)

Mensagem da Associação 25 de Abril

A comemoração de mais um aniversário do 25 de Abril é motivo para algumas reflexões.

Aprendemos já quanto é difícil e exigente em democracia, em especial quando no seu interior se forjam mecanismos de acomodação, indiferença ou lassidão. De entre eles ressalta o denominado fenómeno da «autocensura» que se instala ao nível do indivíduo ou dos agentes de opinião que, tendo algo para afirmarem ou darem a conhecer, o não fazem pelas mais variadas razões, de que se destaca o receio das consequências pessoais ou profissionais, por um lado, ou a inoportunidada repetida, por outro.

Está demonstrado que o mecanismo de auto-censura, uma vez instalado no indivíduo ou nas organizações sócio-culturais, limita muitas das capacidades de intervenção, reduzindo ou eliminando potencialidades que o tempo vai sedimentando.

Mas será suficiente libertarmo-nos dos mecanismos inibidores da auto-censura e da lassidão, para produzir algo de útil e concertado? — É claro que não, se não existirem objectivos bem definidos a atingir para aplicação das nossas potencialidades.

Ora estes objectivos existem; não se resumem à evocação histórica do 25 de Abril e ultrapassam o carácter estático do próprio acontecimento e as recordações daqueles que o viveram.

E quem melhor que as novas gerações está em condições para apontar os rumos a seguir?

É na própria dinâmica do crescimento da democracia, é na própria actualidade e nos grandes problemas do dia a dia, que teremos de encontrar as formas de mobilização para esclarecer situações, debater problemas e encontrar as soluções que não têm que passar necessariamente pelo exercício do poder político.

A mera observância dos mecanismos democráticos pode criar a ilusão de que o sistema não corre riscos. No entanto, quando apenas aparentemente a forma é cumprida e o conteúdo é ignorado, geram-se as condições para que os valores fundamentais da tolerância, do pluralismo e do direito ao diálogo, à participação e à informação, acabem por ser subvertidos. Demonstração deste facto é o regresso ao discurso político de um velho conceito, o de inimigo, que se julgava ter terminado com a própria ditadura. Mas esta prática ganha hoje contornos mais nítidos sob a forma de «ameaças menores» ou da própria designação e identificação de «inimigo interno», que caracteriza populações, grupos ou indivíduos de acordo com o critério ideológico dos detentores do poder político ou dos seus mais directos zeladores, introduzindo factores de conflito na sociedade portuguesa, por razões de mera perpetuação no poder ou como recurso à velha fórmula de «dividir para reinar».

Algumas dificuldades surgidas na própria Associação 25 de Abril, de que se destacam a necessidade da construção ou aquisição duma sede própria e a actualização dos seus estatutos, têm limitado a nossa actividade e em especial o nosso objectivo de intervenção cultural mais alargada. Com o contributo dos sócios, dos apoiantes e de outros agentes produtores de cultura, julgamos ser capazes de superar a presente situação, a fim de estarmos mais vezes ao vosso lado não só a menifestar solidariedade na defesa de Abril, mas a juntar as nossas forças para o próprio prosseguimento de Abril.

Assumimo-nos como força de opinião, crítica, dialogante, esclarecedora e participativa.

Assim o exige o aprofundamento da democracia e o desafio imposto pelo futuro.

O 25 de Abril está vivo e vigilante e é ao nível do indivíduo, enquanto portador e dinamizador de ideias novas, que aquele irá encontrar as energias necessárias à sua actualidade e renovação.

VIVA O 25 DE ABRIL
VIVA PORTUGAL

RELATÓRIO FINAL

(Continuação da pág. 13)

críticos, dos valores de Abril. Por tudo isso, continuamos a defender a necessidade de uma profunda reflexão sobre o papel da A25A na sociedade portuguesa. Para continuarmos, para sobrevivermos com dignidade e eficiência, teremos de efectuar um sério diagnóstico da situação. Necessitamos de encontrar forma de ultrapassar os problemas, de uma vez por todas. Que poderá ou não passar por uma revisão dos estatutos e regulamento interno, nomeadamente no que se refere a disposições que mantêm distinções entre as diferentes categorias de associados.

Confia-se que o pontapé de saída seja dado na próxima Assembleia Geral. A Direcção isolada nada conseguirá, no entanto fazer, sendo necessária a participação activa dos associados. A esperança continua.

Linda-a-Velha, 15 de Março de 1988.

O PRESIDENTE
Vasco Correia Lourenço

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A 7 de Dezembro de 1984, no início do colóquio «Portugal 1974 - 1984, Dez Anos de Transformação Social», no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, foi assinado um convénio entre os Centros de Documentação 25 de Abril daquela Universidade e a A25A.

O convénio então assinado estipulava «por objectivo uma ampla e recíproca colaboração, por tempo indeterminado (...) visando, sobretudo, uma troca de experiências e a participação conjunta na divulgação documental..»

Podia, ainda, ler-se na cláusula terceira c) a assunção de um compromisso que facultava o «comum acesso à documentação existente em cada uma das instituições, bem como a permuta de alguns documentos...»

A sede da nossa Associação localizava-se, então, no Forte do Bom Sucesso, onde se tinham criado as infra-estruturas que permitiriam a pesquisa, a recolha organizada, análise, classificação e difusão de documentos relacionados com o 25 de Abril.

Contudo, a dinâmica compressora das novas relações de poder obrigou-nos ao abandono daquelas paredes e à localização da nova sede, em edifício sem as mínimas condições para a reinstalação do nosso Centro de Documentação.

Diversa documentação foi, entretanto, recolhida e acondicionada, assim permanecendo até ao momento presente.

Mas como continuar a recolha e o tratamento dos documentos? Como fazer a divulgação da informação tratada? Como promover a publicação de trabalhos de investigações e proceder à reprodução desses documentos? Como transformar um estático e passivo arquivo num dinâmico e activo centro de prestação de informação tratada se as actuais estruturas físicas o não permitiam? E, mais grave, como impedir a deterioração progressiva dos documentos e, simultaneamente não privar os estudiosos investigadores de fontes relativas a um momento ímpar da História portuguesa recente,

No sentido de solucionar estas questões a A25A e o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra concordaram com os termos da Proposta apresentada por aquela Universidade que junto se publica.

Deste modo se salvaguarda por um lado a conservação e o tratamento da documentação e, por outro, os interesses da própria A25A.

(Continua na pág. seguinte)

VAMOS APRENDER BRIDGE!

1. Porquê e para quê?

Quando visitamos uma qualquer Sala de Oficiais (não compreendemos bem porquê especialmente nas de Oficiais e não também nas outras!) de qualquer Unidade, de qualquer dos Ramos, verificamos que existe um significativo número de camaradas que procuram ocupar os seus tempos livres «entretendo-se» a jogar o Bridge, prática que também é utilizada nos encontros entre grupos de amigos que muito frequentemente se reúnem no fim-de-semana.

Todos os que o praticam são unânimes em reconhecer que é um jogo que, para além de ser um óptimo fomentador de relações sociais, naturalmente desenvolve o raciocínio lógico e também a capacidade de análise e de decisão, o que o leva a ser adoptado como matéria curricular em várias Universidades europeias e norte-americanas.

Se constatamos existir uma prática algo generalizada, por outro lado reconhecemos que, numa percentagem elevada, os que se sentam à roda de uma mesa nunca leram uma linha sobre um qualquer sistema de jogo, justificando com apelos à «intuição» o seu desconhecimento das regras e conceitos na matéria. Já que o jogo tem potencialidades enormes e que o conhecimento das regras de um sistema natural nada tem de transcendente, porque não dar então o salto e transpôr a barreira que permitirá melhor «saborear» os prazeres da sua prática, ainda que ocasional e não competitiva?

E isso que nos propomos despretensiosamente facultar-vos, pondo à vossa disposição, ao longo de alguns artigos, os elementos «sintáxicos» que irão permitir melhorar a vossa «linguagem» bridgística quando tiverem que «argumentar», sentados numa mesa de jogo, quer como praticantes quer como mirone!

2. Sua origem e evolução

Ainda que generalizadamente aceite ser o Bridge um jogo de origem inglesa (o próprio termo «Bridge» para isso contribui!), e apesar de serem algo obscuras as informações sobre a sua verdadeira origem, havendo alguns que afirmam que em tempos remotos os meios diplomáticos de Constantinopla e do Cairo já o praticavam em salões, existindo combinações de palavras turcas pronunciadas similarmente a «biritch», as conclusões mais fortes a que se chegaram são de que foi na Rússia que surgiu o nome e talvez o próprio jogo de Bridge.

O termo «biritch» faz parte da história dos jogos russos desde o século X e outras modalidades praticadas naquele país, como o VINT e o o YERALASH, incluem o cartelo em sem-trunfo, técnica utilizada pelo Bridge actual.

As regras do Biritch foram publicadas num folheto do British Museum, em 1886, onde era esclarecido que «biritch» significava declaração em «sem-trunfo, com prémios pela posse de três ou quatro ases.

O folheto em causa deverá ter sido a primeira publicação impressa e o título que lhe foi dado, «Biritch or Russian Whist» parece corroborar a teoria anteriormente apresentada sobre a caucasiana génese.

Depois, foi todo um trajecto evolutivo até se atingirem os nossos dias, em que contribuições inglesas (Whist, Contract Whist, Bridge Whist e Auction Bridge), francesas (Plafond) e americanas (Contract Bridge), permitiram transformar o jogo numa prática regida por regras bem definidas em que o «Cálculo das Probabilidades» serve, cientificamente, como suporte dos sistemas que procuram resolver os problemas que se colocam.

3. O nosso sistema

Muitos são os sistemas utilizados no jogo em apreço (franceses, americanos, ingleses, italianos, chineses, etc.), sendo as virtudes de cada um enaltecidas por uns e denegridas por outros.

Pessoalmente perfilho a opinião de que todos terão vantagens em determinadas situações e inconvenientes noutras e que as discussões acesas que amiúde surgem sobre qual será o melhor, se assemelham um pouco à que por vezes é tida sobre qual será a língua mais rica. O francês, o inglês, o português ou o latim?

Costumo dizer que o verdadeiro problema não reside especialmente na riqueza da linguagem que cada um permite mas sim na possibilidade, maior ou menor, que os dois interlocutores têm em se fazer compreender.

Concluo que todos os sistemas, desde que logicamente estruturados, permitirão a obtenção de bons resultados, logo que os dois parceiros falem a mesma linguagem.

Porque o Sistema Natural é o mais difundido (como que o Esperanto do Bridge!) será o que iremos apresentar ao longo das nossas publicações, na sua variante «Maiores de Cinco», que é a preferida dos teóricos franceses, cujas faculdades e sucessos têm categoria mundial.

Até ao próximo número!

Luís Galvão

ÚLTIMA PÁGINA

ESPECTÁCULO DE MARIA GUINOT

Tem lugar no dia 29 de Abril, às 21.45 h. na Aula Magna um espectáculo de lançamento do LP «ESTA PALAVRA MULHER» da nossa associada MARIA GUINOT, no qual estão presentes os seguintes convidados: Fernando Tordo, Paulo de Carvalho e José Fanha.

Existem bilhetes à venda na nossa Associação.

Centro de Documentação

(Continuação da pág. anterior)

PROPOSTA

Em conformidade com os objectivos mais gerais do Convénio de Mútua Colaboração que entre si estabeleceram o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra e a Associação 25 de Abril, em 7 de Dezembro de 1984, de acordo com a cláusula segunda do referido Convénio e visando especialmente a efectiva realização das tarefas constantes das alíneas a, b e c da cláusula terceira propõe-se o seguinte Termo Aditivo ao Convénio de Mútua Colaboração:

1. O acervo documental do Arquivo da Associação 25 de Abril será entregue ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra que dele ficará depositário para efeitos de preservação e tratamento técnico de forma a pô-lo ao dispor da investigação científica.

2. A propriedade da documentação depositada no Centro de Documentação pertencerá à Associação 25 de Abril, mantendo esta o direito de, a qualquer momento, lhe dar o destino que entender mais conveniente.

3. A transferência da documentação efectuar-seá em data e da forma que ambas as partes vierem posteriormente a acordar.

4. Toda a documentação constará de uma lista de inventário a elaborar pelo Centro de Documentação, assinadas por ambas as partes, e que formalizarão os actos de depósito.

5. O Centro de Documentação 25 de Abril assegurará todas as tarefas de preservação, arrumação, inventariação e análise de toda a documentação depositada, elaborando os instrumentos bibliográficos e arquivísticos necessários à sua divulgação e colocação à disposição da investigação científica.

6. O acesso à documentação referida no presente Termo Aditivo poderá ser estabelecido de acordo com as condições postas pela Associação 25 de Abril.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL

De acordo com a nossa circular n.º 2/87, de 18 de Dezembro, continua a campanha de vendas desta obra, visto ainda restarem alguns exemplares. O preço dos 5 volumes que a compõem é de 12 000$00, podendo a sua liquidação ser feita a pronto pagamento ou até 5 prestações mensais, sendo a primeira de 4000$.

A obra é entregue na sede da A25A ou enviada à cobrança via CTT (neste caso + 500$00 para embalagem e portes), contra o pagamento da primeira prestação.

Basta um cartão ou um telefonema e a reserva de um exemplar será imediatamente registada.

NOTA: Preço para os Açores e Madeira, incluindo embalagem e portes: 13 500$00; Europa: 15 000$00; restantes países (via marítima): 16 000$00.

Total de exemplares cedidos pelo editor	450
Total de inscrições já efectuadas (até 15 Abril)	210
Exemplares que restam	240

ALMOÇO CONVÍVIO

O almoço terá lugar na Cova da Piedade, no dia 30 de Abril, na Sociedade Filarmónica União das Associações Piedenses (S. F. U. A. P.) a partir das 13 horas.

O almoço será precedido, às 12.15 horas, de uma cerimónia de deposição de um coroa de flores no monumento aos perseguidos pela ditadura, situado na Praça do Movimento das Forças Armadas, em Almada.

Estão previstas actividades recreativas nas imediações do local do almoço, a partir das 10,30 horas.

No sentido de permitir fazer o levantamento do número de presenças pede-se aos associados para informarem a Associação 25 de Abril da sua intenção de estarem presentes no almoço.

CONVITES À A25A

Foram as seguintes as entidades que desde o início do ano de 1988 convidaram a A25A a fazer-se representar, em acontecimentos de diversas índoles:

— **Municípios da Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira.** (Convite para o acto de assinatura da escritura da Associação de Municípios para a Área Sócio-Cultural) em 6-1-88.
— **Galeria Arta Capital Leiria**
(Convite para exposição colectiva) em 9-1-88.
— **Quimigal**
(Convite para comemorações do X Aniversário da Quimigel) em 16-1-88.
— **Inauguração de Exposição de Catarina Baleiras**
— **Associação Portugal-RDA**
(Convite para assistir concerto de piano com Elfrum Gabil) em 28-1-88.
— **Cine-Clube do Barreiro**
(Convite para comemorações do 28.º Aniversário do Cine-Clube)
— **Associação de Amizade Portugal-Angola**
(Sessão Comemorativa do 4 de Fevereiro)
— **Comissão Organizadora do Encontro Distrital da Reforma Agrária**
(Encontros de trabalho) em 5-2-88.
— **Voz do Operário**
(Comemorações do 105.º Aniversário da Voz do Operário).
— **Amar o Tejo Viver a Paz**
(Encontros de trabalho) em 18-2-88.
— **Galeria da Voz do Operário**
(Convite para exposição de Rui Cunha) em 12.3.88.
— **Associação Intervenção Democrática**
(Convite para assistir debate sobre Revisão Constitucional) em 26-2-88.
— **Grupo Cultural Atrium**
(Convite para inauguração de uma exposição de fotografia de Luís Alexandre) em 26-2-88.
— **Associação de Amizade Portugal-Cuba**
(Convite para encontros com jornalistas sobre os Direitos Humanos em Cuba) em 15-3-88.
— **União Democrática das Mulheres**
(Convite para assistir a debate) em 19-3-88.
— **União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal**
(Congresso) 18 e 19-3-88.
— **Galeria Altamira**
(Convite para inauguração de exposição de Pintura de Luís França) em 24-3-88.
— **Pré-Associação Sindical dos Profissionais da P.S.P. (Sul e Regiões Autónomas)**
(Comemorações do 6.º Aniversário - convite para almoço) em 26-388.
— **Pré-Associação Sindical dos Profissionais da P.S.P.**
(Convite para colóquio) em 25-3-88.
— **PARTIDO RENOVADOR DEMOCRÁTICO**
(Convite para congresso da Juventude do PRD) em 8-9-10/4/88.

SEDE — Finalmente, boas notícias!

O assunto ainda não está «preto no branco», mas já recebemos uma comunicação do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que nos informa da decisão de cedência de um terreno para a localização da futura sede da A25A na zona de Sete-Rios. A localização definitiva e rigorosa, tal como o respectivo protocolo de cedência, apenas dependem da tomada de decisão sobre o traçado do eixo Norte-Sul, que se prevê para data próxima.

Vamos ter uma sede digna.